



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

FORMAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE ÁREAS URBANAS: A AGLOMERAÇÃO URBANA, A REDE URBANA E A REGIÃO.

Oséias Teixeira da Silva (Instituto Federal Fluminense - IFF) - oseiasgeografo@gmail.com

Doutor em Geografia Humana pela USP; Mestre em Geografia pela UFRJ; Professor EBTT do Instituto Federal Fluminense - IFF

Formas de integração entre áreas urbanas:

A aglomeração urbana, a rede urbana e a região.

RESUMO

O objetivo do presente artigo é compreender as diferentes formas de integração entre os espaços urbanos e rurais como essas diferentes formas de integração produzem unidades diferenciadas. A primeira modalidade de integração está relacionada aos deslocamentos cotidianos, que se desenvolvem em aglomerações metropolitanas ou não metropolitanas. Outra forma de integração urbana está relacionada a formação de uma rede urbana na qual temos bens e serviços dispostos hierarquicamente, sendo que para encontrar certos bens, moradores de cidades de menor hierarquia precisam se deslocar para cidades de maior nível hierárquico. A terceira forma de integração está relacionada a fluxos de dimensão regional, que se relacionam principalmente ao deslocamento de mercadorias e fluxos de pessoas que se configuram em ritmos de tempo diferenciados. Depois disso discutimos como as tendências de desenvolvimento associadas a globalização tendem a embaralhar as diferenças entre essas três formas de integração a partir da constituição de aglomerações urbanas/regionais.

INTRODUÇÃO

O processo de globalização está diretamente associado a intensificação da integração entre espaços urbanos. Muitos são os autores que como (SOJA, 2013) falam sobre a eminência de uma urbanização regional, na qual metrópoles e outros espaços se juntam na configuração de uma realidade que funciona como urbana embora tenha uma escala regional. Quando falamos em urbanização regional (SOJA, 2013) megarregiões (SASSEN, 2007) ou cidades regiões globais (SCOTT, et all, 2001) estamos nos referindo a aglomerações urbano-regionais, complexas e heterogêneas mas que porém encontram sua unidade a partir da ideia de integração. Ou seja, uma aglomeração só pode ser vista como uma unidade a partir do fato de que existe uma dinâmica integradora nessa aglomeração, geralmente ligada a diferentes tipos de fluxos que percorrem a aglomeração produzindo solidariedade e um tempo único entre suas diferentes partes.

O objetivo do presente artigo é compreender as diferentes formas de integração entre os espaços urbanos e rurais como essas diferentes formas de integração produzem unidades diferenciadas, ou seja, espaços integrados segundo critérios e escalas distintas. De forma geral afirmamos que existem três modalidades de integração urbana, sendo que buscamos analisar essas diferentes modalidades de integração urbana, quais as modificações contemporâneas dessas formas de integração e em que sentido elas se se diferenciam. A primeira modalidade de integração está relacionada aos deslocamentos cotidianos, que se desenvolvem em aglomerações metropolitanas ou não metropolitanas condicionadas pela relação entre a

divisão territorial do trabalho a estrutura fundiária e os valores da terra nas diferentes áreas urbanas integradas. Um caso bastante comum é aquele no qual uma determinada cidade concentra atividades econômicas e imóveis de alto padrão, o que obriga a população de menor renda a morar em cidades vizinhas e se deslocar para essa cidade para trabalhar. Denominaremos a área formada por essa modalidade de integração simplesmente como aglomeração urbana.

Outra forma de integração urbana está relacionada a formação de uma rede urbana na qual temos bens e serviços dispostos hierarquicamente, sendo que para encontrar certos bens, moradores de cidades de menor hierarquia precisam se deslocar para cidades de maior nível hierárquico. Alguns tipos de bens e serviços, por exemplo, só são encontrados na metrópole. Essa forma de integração está relacionada também a distribuição desigual dos centros de gestão do capital, em que se configura uma diferenciação entre espaços nos quais as decisões são tomadas e nos quais as decisões são cumpridas. Denominaremos a área formada a partir desses processos simplesmente de rede urbana.

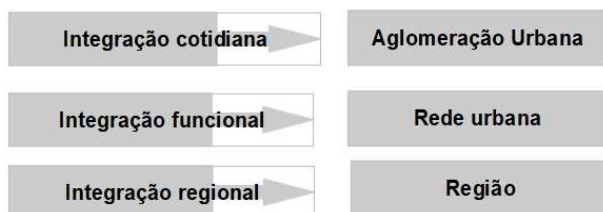
A terceira forma de integração está relacionada a fluxos de dimensão regional, que se relacionam principalmente ao deslocamento de mercadorias e fluxos de pessoas que se configuram em ritmos de tempo diferenciados, com fluxos de repetição semanal, mensal ou sazonal. Esta forma de integração tem recebido tradicionalmente grande atenção na geografia, e recentemente tem havido um renovado interesse sobre as regiões dentro da geografia e áreas afins. Denominaremos a área formada a partir desses processos de integração simplesmente de região.

Na primeira parte do trabalho discutiremos a integração relacionada a estruturação da vida cotidiana a partir de fluxos de pessoas a trabalho, a estudo ou lazer. Buscamos demonstrar como essa forma de integração permite articular diferentes espaços urbanos e como pode ser compreendida a partir da relação entre a divisão territorial do trabalho, ou seja, a forma como as diferentes atividades econômicas são distribuídas no espaço e os padrões de valorização da terra urbana. Na segunda parte discutimos a integração relacionada a formação da rede urbana, e mostramos como tais redes podem ser mais ou menos densas e revelam relações hierárquicas que envolvem comando das operações relacionadas a gestão do capital. Também apontamos as mudanças recentes na dinâmica das redes urbanas com possibilidade de relações diretas entre metrópoles de diferentes países. No entanto, ressaltamos o fato de que as relações subjacentes ao funcionamento da rede urbana permanecer hierárquicas, uma vez que as diferenças entre centros em uma rede urbana estão relacionados à acumulação histórica de investimentos, atividades econômicas e população em algumas cidades em detrimento de outras. Na terceira parte buscamos discutir a integração a partir da dinâmica regional, mostrando como ela se difere tanto da integração relacionada a estruturação da vida cotidiana quanto da integração relacionada a formação da rede urbana.

Na quarta parte discutimos como as tendências de desenvolvimento associadas à globalização tendem a embaralhar as diferenças entre essas três formas de integração a partir da constituição de aglomerações urbanas de caráter regional que fundem relações características das três formas de

integração urbana discutidas nesse trabalho. Para facilitar a exposição a partir de agora, passaremos a nos referir a integração relacionada a estruturação da vida cotidiana como integração cotidiana, a integração relacionada a formação da rede urbana como integração funcional e a integração relacionada a dinâmica regional como integração regional. A figura 1 apresenta a relação entre as modalidades de integração e os arranjos espaciais resultantes:

Figura 1: relação entre modalidades de integração e formas urbanas.



Fonte: elaborado pelo autor.

FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS.

Um elemento central para a integração cotidiana são os deslocamentos de pessoas, deslocamentos estes que integram o dia a dia das mesmas e que normalmente se repetem diariamente. Boa parte desses fluxos está relacionado ao trabalho ou ao estudo embora também as motivações para o deslocamento possam estar relacionadas a compras ou ao lazer. A intensidade desse tipo de deslocamento permite delimitar a formação de aglomerações urbanas caracterizadas pela intensidade desse tipo de fluxos. A delimitação de regiões ou áreas metropolitanas, por exemplo, depende basicamente desse elemento, uma vez que é a intensidade desse tipo de deslocamento que dá a ideia de coesão pressuposta na denominação de região metropolitana. Sobre o tema dos deslocamentos pendulares Moura; Castelo Branco; Firkowsky, (2005) afirmam:

É importante ressaltar que, dentre os autores citados, não há uma denominação única a essa ordem de deslocamentos, na medida em que ora se referem à “migração” ora a “movimento”. Neste texto, optou-se pelo uso dos termos “movimento” ou “deslocamento” pendular, por se entender que tal dinâmica envolve um deslocamento diário e que, portanto, não implica transferência para ou fixação definitiva em outro lugar. Assim, enquanto a migração envolve mudança de residência, os deslocamentos pendulares caracterizam-se por deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica – nesta pesquisa, com base nas informações da amostra do Censo Demográfico 2000, foram consideradas as finalidades de trabalho e estudo (MOURA; CASTELO BRANCO; FIRKOWSKY, 2005, p. 3).

Portanto, não exista uma padronização em relação à nomenclatura utilizada para tratar desse fenômeno, sendo comum o uso de termos como migração pendular, movimento ou deslocamento pendular, utilizados por

diferentes autores para tratar desse fenômeno. Concordamos com as autoras na afirmação de que o termo deslocamento ou movimento pendular é mais correto do ponto de vista teórico, já que o termo migração está fortemente ligado a ideia de mudança de residência, ou seja, um deslocamento definitivo, algo que não acontece em relação aos deslocamentos pendulares, pois como o próprio termo enuncia a partir da metáfora do pêndulo que está em sua origem se trata de um movimento repetitivo, em termos de ida e volta e que não implica em mudança de residência. Portanto, os termos deslocamento ou movimento pendular seriam mais corretos para a compreensão desse fenômeno. Em nossa compreensão movimento e deslocamento pendular não seriam exatamente sinônimos, pois movimento seria uma visão mais geral dos deslocamentos, envolvendo múltiplas trajetórias, por exemplo, enquanto deslocamento se refere a um deslocamento específico normalmente envolvendo um ponto A e B pré-determinado.

Os movimentos pendulares seriam, portanto, o conjunto de deslocamentos realizados por uma determinada população, em caráter diário, com diferentes motivações embora relacionadas principalmente a trabalho ou estudo. Esses movimentos envolvem, portanto, o deslocamento entre pontos distintos no espaço geográfico. Como o espaço geográfico não é o espaço isotrópico dos economistas, esses movimentos estão sujeitos a todo tipo de restrição e contingenciamentos ligados a forma como a cidade foi historicamente produzida, os níveis de renda das pessoas que realizam o deslocamento e com a disponibilidade de diferentes meios de transporte. Assim a estrutura da cidade, ou de qualquer espaço urbano considerado, cria possibilidades desiguais de deslocamento tanto em termos de tempo quando de custo envolvido, sendo esse diferencial também decisivo para a reprodução das desigualdades da remuneração da força de trabalho.

Os deslocamentos pendulares, portanto, como movimentos ligados a satisfação de necessidades básicas como trabalho, estudo ou lazer são movimentos que se repetem continuamente, sendo, portanto diretamente ligados ao cotidiano das pessoas e das formas como elas estabelecem sua vivência. Assim essa forma de integração urbana se relaciona diretamente a estruturação do cotidiano das pessoas e com a forma como elas constroem sua vivência, suas redes de sociabilidade, e percorrem os diferentes espaços das cidades que compõem a aglomeração. Os deslocamentos pendulares permitem, portanto, a construção de redes, que ligam diferentes pontos e levam a diferentes padrões de deslocamentos. Obviamente a construção dessas redes não é uma escolha livre, mas dependem de elementos que atuam como condicionantes estruturais dos deslocamentos pendulares. Jardim (2007) discute esse aspecto no trecho a seguir:

Essas dimensões abrem possibilidades para novos modelos explicativos para o deslocamento da população e de seu cotidiano, onde as condições de inserção na estrutura econômica e social, que abrange aspectos gerais e, ao mesmo tempo, específicos do acontecer social estão relacionadas com o desenho do urbano, com a forma de ocupação do território, cuja influência diferencia-se na ocupação social do espaço (urbano e metropolitano). Portanto, há que se observar as múltiplas possibilidades dadas pela configuração social e as modalidades em que ocorrem os deslocamentos

populacionais que, na maioria das vezes, se realizam para além dos mercados de trabalho e educacional (JARDIM, 2007, p. 3).

Portanto a compreensão dos deslocamentos pendulares precisar se dar a partir da inserção de um determinado grupo na estrutura econômica. Assim fatores como renda familiar e tempo de estudo influenciam diretamente a capacidade das pessoas em realizar deslocamentos pendulares. Crane (2007), por exemplo, aponta para o fato de que as mulheres tendem a realizar deslocamentos pendulares de menor distância em relação aos homens. Assim os padrões de deslocamentos acontecem a partir de uma série de desigualdades estruturais relacionadas a renda, raça, etnia e gênero, entre outros elementos que em determinada realidade pode ter menor ou maior validade para a compreensão dos deslocamentos pendulares em uma determinada aglomeração.

Outro aspecto fundamental para compreender a dinâmica da aglomeração urbana é o desenho urbano. Uma região metropolitana, por exemplo, que tenha formato radial, com a maior parte das vias partindo do núcleo metropolitano, obviamente isso terá um impacto no sentido de imposição de uma forte carga de fluxos de pessoas para o núcleo metropolitano. Além disso, a grande acessibilidade do núcleo devido a essa mesma forma radial faz com que haja uma tendência a concentração de atividades terciárias no núcleo metropolitano o que também favorece essa forma de deslocamento concentrada em direção ao núcleo metropolitano.

Esses deslocamentos pendulares têm uma complexidade cada vez maior sendo que embora trabalho e educação permaneçam como motivações importantes do deslocamento cada vez mais esses deslocamentos se dão a partir de objetivos múltiplos o que significa que eles nem sempre se concentram em horários de rush, aspecto que tem que ser levado em conta no momento de planejar as iniciativas relacionadas à mobilidade urbana (KLEIMAN, 2014). Mas quais os motivos que fazem como que deslocamentos pendulares se tornem elementos de integração urbana, ou seja, que tipos de processos estão relacionados à formação de uma aglomeração urbana relacionada à integração da população via deslocamentos pendulares?

Portanto estamos falando sobre compreensão de como os deslocamentos pendulares se colocam como elementos da formação de aglomerações urbanas, ou seja, espaços urbanos, conurbados ou não marcados pela intensidade de deslocamentos pendulares entre as diferentes cidades que compõem a aglomeração. Dois elementos são fundamentais para a compreensão da formação de aglomerações urbanas, sejam elas metropolitanas ou não: a divisão territorial do trabalho entre as cidades componentes da aglomeração e a estrutura fundiária e os diferentes padrões de valores da terra que existem entre as cidades da aglomeração. Corrêa, (2006) discute a relação entre a divisão territorial do trabalho e a rede urbana no trecho a seguir:

A rede urbana é simultaneamente um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho, historicamente a forma mais avançada na divisão social do trabalho. É um reflexo na medida em que, em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional caracterizadora,

entre outros tipos, de cidades industriais, político-administrativas ou portuárias (CORRÊA, 2006, p. 26).

A divisão territorial do trabalho se constitui, portanto, seja em uma rede urbana ou em uma aglomeração urbana, pela organização relacionada a distribuição das atividades econômicas entre diferentes cidades. Tal divisão é um elemento importante da conformação de uma rede urbana, mas também de qualquer forma de relação constituída entre cidades. No caso em detalhe, da aglomeração relacionada a dinâmica de integração cotidiana, a divisão territorial do trabalho aparece como uma divisão desigual das atividades econômicas entre cidades relativamente próximas que orienta diferentes tipos de fluxos, também relacionados a configuração das infraestruturas de transporte. Dentro de uma aglomeração urbana em formação, se temos uma concentração de atividades empresariais e de emprego em uma cidade, obviamente teremos uma situação em que os habitantes de outras cidades em que existem menores oportunidades de emprego, buscarão se deslocar para essa cidade em busca de emprego.

Assim os deslocamentos pendulares, sejam os relacionados ao emprego, ao estudo ou ao lazer estão diretamente ligados a divisão territorial do trabalho, ou a forma como as diferentes atividades econômicas se distribuem pelo território. Neste sentido temos um ponto de contato entre a integração relacionada à dinâmica dos deslocamentos pendulares e a integração relacionada a rede urbana: ambas estão relacionadas a concentração diferencial de atividades econômicas e ofertas de bens e serviços entre cidades. No caso das aglomerações urbanas integradas essas cidades são fisicamente próximas umas das outras enquanto na integração pela conformação de uma rede urbana não há essa necessidade de proximidade física ou mesmo contiguidade.

No entanto, no caso das aglomerações urbanas, existe outro fator essencial para a compreensão do processo de integração: a estrutura fundiária e os padrões relacionados aos preços dos terrenos e dos imóveis. Sobre o preço da terra, Ribeiro (1997) afirma o:

(...) o fato de que a terra é um bem não produzido que, portanto, não tem valor, mas que adquire um preço. Ora, um bem não produzido não pode ter seu preço regulado pela lei da oferta, pois não há lei regulando sua oferta. É a procura que suscita o preço da terra e não o encontro no mercado de 'produtores' e 'compradores' de solo (RIBEIRO, 1997, p 39).

Portanto, o preço da terra deriva do monopólio exercido sobre os terrenos urbanos a partir da instituição da propriedade privada. Este monopólio leva a que haja a necessidade de se pagar pelo uso da terra, mesmo daquela pior localizada em termos de acesso à infraestrutura, amenidades ou emprego. Assim toda parcela urbana, mesmo em uma área de ocupação informal adquire um preço, que reflete de um lado a demanda dos diferentes agentes sociais capitalistas e não capitalistas pela terra, e de outro a disponibilidade dessas áreas. Um aspecto importante é o fato de que embora, a terra em si não seja produzida pelo trabalho, a moradia o é assim como a cidade na qual essa terra está localizada. Assim os terrenos ou moradias não possuem características uniformes variando tanto em termos de características construtivas quanto em

termos de localização em relação ao tecido urbano. Assim se a terra é um bem não produzido, o mesmo não se pode afirmar em relação ao espaço, bem como a localização de um determinado local nesse espaço urbano já constituído. Segundo Gottdiener (1993):

Em suma, a conexão entre o valor de uso da localização, que é um produto social, e o preço pelo uso do espaço, que é expropriado pelos particulares, é percebida quando entendemos o mercado imobiliário como um elo mediador no processo de acumulação de capital. A renda dos economistas políticos é um mero epifenômeno da produção social de espaço. A extração de retornos monopolistas no imóvel é, então, uma função da capacidade de grupos de capitalistas que trabalham às vezes com o Estado de aplicarem os poderes conspiratórios para canalizar recursos e desenvolvimento em direções espaciais particulares (GOTTDIENER, 1993, p. 180).

Portanto o que se coloca é que a localização se constitui em um valor de uso, e que permite, portanto, a existência de um valor de troca, ou seja, de um preço. Em outras palavras o preço de um terreno, de uma residência térrea ou de um apartamento não é formado apenas pelo preço de produção do imóvel, mas pelo preço conferido pela localização do imóvel, que depende, portanto da forma como a cidade como um todo é produzido e como aquele determinado imóvel se localiza nessa cidade. Não é objetivo do presente trabalho aprofundar mais esta discussão, apenas queremos chamar a atenção para o fato de que se a localização tem um valor de troca, obviamente os imóveis dentro de uma cidade terão preços diferentes, tanto pelas características construtivas de cada imóvel quanto pela sua localização diferenciada dentro da cidade.

Qual a importância desse aspecto para a forma como a integração cotidiana se manifesta? Se levarmos em conta que o preço da terra depende da demanda por ela, especialmente da demanda dos capitalistas, que tem maior capacidade por pagar, e por outro lado que a localização possui também um valor de troca podemos concluir que dentro de uma aglomeração conformada pela integração cotidiana, os preços da terra serão extremamente díspares, dependendo da forma como essa aglomeração foi produzida. Por exemplo, caso nessa aglomeração haja uma concentração de atividades econômicas em uma única cidade, os preços da terra, refletindo a maior demanda e localização privilegiada serão maiores nessa cidade do que nas outras que compõem essa aglomeração, o que levará a que parte dos trabalhadores busque moradias nessas outras cidades devido a não terem capacidade de pagar pela moradia na cidade mais importante da aglomeração em termos de concentração de emprego e atividades econômicas.

Assim reencontramos o papel da divisão territorial do trabalho em conjunto com o preço da terra no processo de integração cotidiana, que leva a formação de uma aglomeração urbana. A divisão territorial do trabalho, na qual como resultado de padrões históricos de produção social do espaço em que atividades econômicas são distribuídas desigualmente, condiciona a existência de espaços mais valorizados, tanto para instalação de atividades econômicas quanto para instalação de residências, forçando um aumento do preço da terra nesses locais e levando a que parte dos trabalhadores que buscam emprego nessas áreas privilegiadas não consiga pagar por uma moradia nessas

mesmas áreas, tendo que, portanto, morar em cidades próximas e se deslocar cotidianamente para outras cidades em busca de trabalho e emprego. Este tipo de relação se evidencia, por exemplo, em Silva (2019) que mostra o caso da aglomeração urbana de Macaé, na qual temos, por exemplo, a cidade de Rio das Ostras, na qual mais de 85% das pessoas que se deslocam pendularmente o fazem para a cidade de Macaé.

Assim esses deslocamentos estão diretamente relacionados ao processo de divisão territorial do trabalho e a conformação de um mercado de terras no âmbito da aglomeração em formação, em que os preços dos imóveis das diferentes cidades passam a estar relacionados diretamente, e tendo como referência as áreas mais valorizadas. O fato de uma aglomeração ser monocêntrica, ou policêntrica, em que temos duas ou mais cidades que concentram oportunidades de emprego ou estudo, não modificam sensivelmente a dinâmica de formação de aglomeração embora influenciem o padrão dos fluxos, que é sempre mais multifacetado e complexo no caso de aglomerações urbanas policêntricas.

Importante dizer que quando falamos de aglomerações urbanas formadas por uma integração cotidiana nos referimos tanto a aglomerações metropolitanas quanto não metropolitanas. Tanto as aglomerações metropolitanas quanto as aglomerações não metropolitanas são espaços marcados pela intensidade de fluxos de deslocamentos pendulares, o que significa que as pessoas com frequência moram em uma cidade, mas trabalham, estudam ou realizam práticas de lazer em outras cidades. A divisão territorial do trabalho, a estrutura fundiária e o preço da terra são fundamentais para compreender a formação e o funcionamento dessas aglomerações. No entanto, as aglomerações metropolitanas, além de maior dimensão populacional e complexidade funcional, possuem papéis relacionados à gestão do capital não presente em aglomerações não metropolitanas. Papéis esses que serão mais bem discutidos no tópico seguinte em que discutiremos a integração funcional relacionada à conformação de uma rede urbana.

FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS REDES URBANAS

Diferente do que ocorre na integração cotidiana, na integração funcional temos a formação de uma rede e não propriamente de uma região. Na conformação da rede urbana, são construídas um conjunto de relações entre pessoas e empresas e entre empresas, em que a distância física ou mesmo o tempo de deslocamento não são tão importantes. A conformação da rede urbana, portanto, está também ligada a divisão territorial do trabalho, porém em uma escala mais ampla, que envolve a forma como a oferta de bens e serviços se distribui entre os centros urbanos de forma hierarquizada, devido principalmente devido às diferenças de tamanho demográfico e importância econômica entre as cidades. Christaller (1966) foi um dos primeiros autores a estabelecer uma teoria para a compreensão da organização da rede urbana. Segundo Christaller (1966):

Aqueles lugares que têm funções centrais que se estendem por uma região maior, nos quais existem outros lugares centrais de menor importância, são chamados de lugares centrais de uma ordem

superior. Aqueles que têm apenas importância central local para a vizinhança imediata são chamados, correspondentemente, de lugares centrais de ordem inferior e de ordem inferior. Lugares menores, que geralmente não têm importância central e que exercem menos funções centrais, são chamados de lugares centrais auxiliares. (CHRISTALLER, 1966, p. 17)

O que a teoria dos lugares centrais apresenta é uma hierarquia encaixada de centros de maior e menor grau de centralidade. Todo centro de nível hierárquico superior também funciona como centro de nível hierárquico inferior para pessoas que vivem nesse centro urbano. O que define a centralidade de um centro são as funções centrais que abrangem uma maior área, ou seja, bens de uso menos frequente cuja oferta atende a pessoas dentro de um amplo raio, e que se deslocam para o centro de maior nível hierárquico para obter bens que só são encontrados nele. Correa (1995) exemplifica a configuração de uma rede urbana na figura 2:

Figura 2: exemplo hipotético de hierarquia urbana e funções centrais.

<i>Centros</i>	<i>Funções centrais</i>
Metrópole regional	abcd efgh ijkl mnopqrst
Capital regional	efgh ijkl mnopqrst
Centro sub-regional	ijkl mnopqrst
Centro da zona	mnopqrst
Centro local	qrst

Fonte: Correa, 1995.

Portanto na figura temos uma hierarquia de centros em que a metrópole regional é a única que possui as funções centrais abcd, que, portanto, identificam o seu grau de centralidade, sendo funções voltadas a toda a população regional. Em cada nível hierárquico encontramos uma diversidade menor de funções centrais até o centro local, que possui funções presentes em todos os demais centros. Vejamos dois exemplos para clarificar essa questão: panificação é uma atividade que fornece um bem de consumo constante e como tal está presente em todos os lugares, inclusive em uma metrópole nacional tendo sempre um alcance espacial limitado, ou seja, cada panificação vende seu produto para os moradores do entorno. Agora um hospital privado especializado em tratamento de câncer, fornece um bem de uso menos frequente e maior complexidade e que, portanto, precisa de uma área espacial maior para que nela haja a quantidade de consumidores suficiente para viabilizar a existência desse serviço. Nesse último caso, o hospital de tratamento do câncer pode se localizar em uma metrópole nacional, uma vez que seu público corresponde a pessoas de todo o país, que terão maior facilidade de se deslocar a metrópole nacional devido a maior acessibilidade desta ao território nacional. Ou seja, uma metrópole nacional possui tanto

panificações quanto hospitais de tratamento do câncer, mas é apenas esta última função central que caracteriza a centralidade de uma metrópole nacional, ou seja, uma metrópole nacional é uma metrópole nacional apenas porque oferta alguns bens e serviços para pessoas de todo o país.

Outro aspecto relacionado ao funcionamento da rede urbana diz respeito a concentração de atividades de gestão do capital nas cidades de maior porte, especialmente as metrópoles regionais ou nacionais (REGIC, 2007). De uma forma geral as atividades de comando e gestão do capital bem como aqueles serviços diretamente associadas a atividade de gestão empresarial, como consultoria, serviços jurídicos e marketing, estão fortemente concentradas nas cidades de maior hierarquia dentro de uma rede urbana. Sobre as metrópoles Di Meo (2015) afirma o seguinte:

Na palavra “metrópole”, sabe-se contem “póle” certamente, poli, a cidade, mas também “pólo” (latim polus e grego polos), quer dizer o pivô sobre o qual gira uma coisa, um centro e um eixo em torno do qual se desenvolve uma dinâmica, um movimento; não são os pólos os dois pontos virtuais pelos quais passa o eixo de rotação da Terra? Mas o “pólo” é também um ponto que atrai (pólo de atração) em um dado campo magnético, metáfora possível de um espaço geográfico e social submetido às leis físicas. Se ele atrai, é porque ele irradia, exerce influência sobre seu meio ambiente. Esta atração descreve no espaço um gradiente; ela se atenua com a distância se ela não é reativada por polarizações secundárias, por retransmissões do pólo ou metrópole. À medida que a influência do pólo se esgota ou se reanima com a distância, ela engendra jogos de escala que fundam novas unidades geográficas (DI MEO, 2015, p. 4).

Portanto na definição acima estão presentes os dois elementos que conformam a metrópole e a diferenciam de outros elementos da rede urbana. A metrópole é um pólo, um centro que tanto atrai como irradia. Assim a metrópole atrai, por exemplo, consumidores de certos produtos que só se encontram nela, eventos em busca da melhor infraestrutura presente nesses espaços, etc. Por outro lado, a metrópole também irradia decisões, comandos, informações sendo que as decisões tomadas nos prédios corporativos de uma determinada metrópole podem influenciar a vida de pessoas a centenas de quilômetros de distância. Como um espaço que atrai e irradia a metrópole é o ponto mais elevado da hierarquia de uma rede urbana, espaço que atrai pessoas dos mais diferentes lugares do país e em alguns casos do mundo e também que irradia fluxos, informações, decisões e mesmo gostos e valores para os mais distantes territórios.

Porém como um elemento da rede urbana, a metrópole só faz sentido juntamente à totalidade da qual faz parte. A rede urbana é um arranjo espacial com características muito específicas. Não se pode dizer que se trata propriamente de uma região ou de uma aglomeração, mas de uma rede, em que como fundamento da rede tem uma lógica topológica e não lógicas topográficas, embora estas últimas também possam estar presentes. Lencioni (2011) explicita as diferenças entre as lógicas topológicas e topográficas no trecho a seguir:

A lógica topográfica, que permite perceber a densidade territorial dos lugares, está relacionada à distância territorial entre os lugares e tem como referência a rede de infraestrutura de circulação. A distância,

nesse caso, corresponde a um intervalo de espaço e de tempo entre dois lugares e dois instantes, medido em termos de superfície do terreno e de tempo de percurso. Entre dois lugares, A e B, por exemplo, a distância é de 5 quilômetros e de 10 minutos. A lógica topológica, por outro lado, insere a distância numa lógica virtual possibilitada pela revolução da informática e das comunicações. Nesse caso, a distância entre A e B é medida apenas em intervalo de tempo dos fluxos imateriais e, no seu limite, pode chegar à instantaneidade, anulando-se o intervalo e, conseqüentemente, a própria distância (LENCIONI, 2011, p.143).

Neste trabalho utilizamos os conceitos de lógica topográfica e topológica num sentido levemente diferente da utilizada pela autora acima citada. A lógica topográfica está relacionada a um conjunto de processos que tem a distância e o tempo para percorrê-los como um elemento crucial para a tomada de decisão dos agentes e para a configuração dos resultados globais da ação desses agentes. A integração cotidiana está diretamente ligada à lógica topográfica, pois as decisões relativas a moradia estão diretamente ligadas a proximidade do emprego, de forma geral as pessoas sempre buscarão morar próximo do emprego, mas caso o custo da moradia seja muito elevado o trabalhador será obrigado a morar em outro bairro ou mesmo em outra cidade e neste caso cria-se a necessidade dos deslocamentos.

Por outro lado a lógica topológica se refere a relação virtual entre as cidades, aqui a distância física não é tão importante quanto a densidade das relações estabelecidas através sistemas de comunicação que permitem. Tanto a integração cotidiana quanto a integração funcional são formadas tanto pela lógica topográfica quanto pela lógica topológica mais esta última é muito mais importante na formação da rede urbana. A densidade de relações virtuais entre as cidades é extremamente importante para compreendermos o papel de um centro urbano em uma rede urbana, porém a rede urbana é também constituída de fluxos materiais, relacionados ao transporte bem como aqueles relacionados à aquisição de bens e serviços em cidades de maior nível hierárquico.

Como a distância física não é tão importante para a formação rede urbana e como se trata de uma rede e não de uma região as relações de contiguidade territorial não são tão importantes para sua formação. Isto significa que dentro de uma rede urbana a relação de uma cidade A que fica a 300 km de uma cidade B pode ser mais intensa que a relação de A com uma cidade C que fica apenas 20 Km. Isto pode se dar, por exemplo, pelo fato de A e B serem duas grandes metrópoles nacionais, fortemente ligadas aos fluxos da economia global enquanto B é uma pequena cidade com forte produção rural destinada a cidade A.

INTEGRAÇÃO RELACIONADA A ESTRUTURAÇÃO DE FLUXOS REGIONAIS

A última forma de integração é aquela que denominamos integração regional. Essa forma de integração não se confunde com a integração cotidiana e a integração funcional embora esteja estreitamente ligada a elas. Enquanto a integração cotidiana se dá principalmente a partir de fluxos de pessoas que se deslocam em um espaço desigualmente integrado em uma única divisão

territorial do trabalho, a integração regional se dá tanto pelos fluxos de pessoas quanto de mercadorias, mas esses fluxos se dão em um ritmo diferenciado do que os fluxos que integram uma aglomeração urbana. Vilaça (1998) aponta essa diferenciação no trecho a seguir:

A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força-de-trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa-trabalho -, seja enquanto consumidor (VILAÇA, 1998, p. 20).

O que autor denomina espaço regional é aquilo corresponde grosso modo aquilo que neste trabalho denominamos integração regional, ou seja, uma integração entre um conjunto de territórios, a partir de diferentes tipos de fluxos, principalmente fluxos de mercadorias, informações, mas também de pessoas, embora não necessariamente com um ritmo diário de repetição diário, que conformam uma região, ou seja, um espaço econômico e socialmente integrado composto por diferentes espaços rurais e urbanos. Um exemplo que poderíamos citar é de uma região de produção agrícola, para exportação, produção que é sempre dispersa e que se ligam diretamente a um conjunto de cidades que fornecem os insumos e mesmo parte da mão de obra para as atividades agrícolas. A região seria, portanto um conjunto heterogêneo de espaços rurais e urbanos com fortes vínculos forjados pela divisão territorial do trabalho que permitem que essa realidade espacial funcione como uma totalidade.

Sabemos obviamente que o conceito de região é um conceito caro para a geografia, embora polissêmico e visto inclusive em alguns momentos como um conceito-obstáculo (LACOSTE, 1994). Mediante o escopo do trabalho não pretendemos retomar o debate sobre o conceito de região apenas apontar para um aspecto desse conceito, fundamental para os objetivos do presente trabalho. Uma região só é denominada como região uma vez que funciona como unidade, unidade na diversidade poderíamos afirmar. Se não houvesse nada que determinasse a coesão de uma determinada região, se fosse apenas uma reunião arbitrária de um conjunto de áreas heterogêneas e independentes, não faria sentido algum chamá-la de região. Haesbaert (2010) aponta duas concepções distintas de região:

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais (HAESBAERT, 2010, p. 23).

A discussão realizada neste trabalho se refere à segunda tradição do pensamento regional, ou seja, aquela que pensa a região como um resultado, sempre provisório de um processo socioeconômico de integração fundado em um conjunto de atividades econômicas e no deslocamento populacional que conformam uma unidade, como no exemplo citado. Fundamental para a análise da região é, portanto, a compreensão de como se dá a integração, de como se

conforma uma unidade na diversidade, ou seja, de que maneira a partir de um emaranhado aparentemente desconexo de áreas diferenciadas podemos compreender como se forma uma região e como se configuram seus limites sempre mutantes. Do ponto de vista da geografia crítica e defendida nesse trabalho a região está diretamente relacionada aos mecanismos de desenvolvimento desigual presentes na economia capitalista. Neste sentido Paasi (2004) aponta que:

Since the 1980s and 1990s, geographers have been using region/place interchangeably (Pred, 1984), distinguishing them in terms of scale (region being the larger unit) (Entrikin, 1991) or theorizing on their relations (Paasi, 1991). It has become typical to understand regions as historically contingent social processes emerging as a constellation of institutionalized practices, power relations and discourse. Region formation is one moment in the regional transformation of social practices and social consciousness that occurs at various spatial scales and within various time spans/historical scales (Paasi, 1996). The emergence of 'regions' and scales are two sides of the process of spatial differentiation, but not inevitably the same thing (PAASI, 2004, p. 5).

Dentro desse enfoque, portanto, a região seria um processo, ou melhor, uma determinada forma espacial resultante de um processo social de produção do espaço, processo que é contingente e sempre em devir. A região não é nunca uma forma acabada, definitiva, mas sempre algo em permanente produção e reprodução e cujas características, resultantes da ação de inúmeros agentes sociais, podem estar se modificando no momento mesmo em que a análise aponta um conjunto de características como definidoras daquela região. A formação e reprodução de uma região envolvem, como aponta o autor, uma constelação de práticas institucionalizadas, ou seja, práticas localmente enraizadas junto as instituições públicas e privadas como empresas, sindicatos, universidades, etc, que em conjunto contribuem para a reprodução das características de uma região. A formação de uma região, portanto está ligada a divisão territorial do trabalho bem como a existência de economias de aglomeração, relacionado à característica acumulativa e reforçadora dos investimentos no meio ambiente construído bem como nas habilidades da força de trabalho.

Uma região só pode existir como região se suas características diferenciadoras estão sempre sendo reproduzidas pela ação dos diferentes agentes sociais que nela atuam. O vale do Silício, por exemplo, só pode existir como uma região, uma vez que existe um conjunto de práticas institucionalizadas que envolvem normalmente altos investimentos e que permitem essa reprodução, ações estas como o investimento na formação de pessoal qualificado, a contratação de pessoal qualificado pelas empresas, sendo esses profissionais muitas vezes oriundos de outros países, os sempre renovados contratos de defesa com o governo, o investimento em infraestrutura de redes e servidores, etc. Se um dos agentes falhasse em suas atribuições relacionadas a essas práticas institucionalizadas, talvez a continuidade de toda a região pudesse ser afetada.

Porém a configuração de uma região não depende apenas de práticas institucionalizadas, mas também das configurações de poder. Salientar esse aspecto é importante para não cairmos numa visão fetichista e reducionista da

região, ao vê-la como unidade coesa e isenta de conflitos. Os conflitos imanentes as relações de poder são também constituintes da região, região que é desigual, hierarquizada e tencionada por essas relações. Se existem as regiões que ganham (Benko; Lipietz, 1994) nem todos necessariamente ganham nas regiões que ganham. Só para continuar no exemplo do Vale do Silício, se essa região é lembrada pelos altos salários dos funcionários das empresas de tecnologia, esses altos salários são de apenas alguns poucos trabalhadores dessas empresas, enquanto muitos trabalhadores, mesmo aqueles relativamente bem remunerados, não conseguem comprar ou alugar moradias na região devido aos altos preços da terra, inflados justamente pelos altos salários de uma parcela dos funcionários das empresas de tecnologia, obrigando mesmo professores universitários a viver em seu automóvel (FOLHA/UOL, 2017).

Por outro lado a formação das regiões também está relacionada aos discursos, ou seja, o conjunto de discursos construídos e difundidos sobre uma determinada região, e que favorecem a sua reprodução. Mantendo-se no exemplo do Vale do Silício, o conjunto de discursos que identificam essa região como empreendedora e inovadora, é essencial para atração de novos investimentos, de novas empresas bem como pela atração de pessoas qualificadas de outros países atraídas em grande parte pelo discurso e imagem produzida pelos agentes dessa região.

Mais quais seriam então os limites de uma região? Se a região é um processo resultante da ação institucionalizada de diferentes agentes, das relações de poder e dos discursos construídos e difundidos sobre a região, obviamente os limites de uma região, se referem aos limites espaciais desse processo de integração. Integração esta, dada justamente por esses três elementos antes elencados. Como limites de um processo espacial integração só podemos nos referir a limites transicionais que indicam a redução das relações de uma área com a região e não apenas como limites absolutos que marcam rupturas definitivas.

A região é um tema tradicional na geografia e durante muito tempo os estudos regionais foram considerados o estugo geográfico por excelência (THRIFT, 1996). A discussão sobre a concepção de região na história do pensamento geográfico fugiria ao escopo do presente trabalho. No entanto, dentro do contexto de crescente globalização da economia tem havido um renovado interesse sobre a região, como aparece, por exemplo, nos conceitos de learning region (MACKINON; CUMBERS; CHAPMAN, 2002, p. 5). Segundo os autores, o conceito de learning region estaria ancorado na relação entre espaço e globalização, pois:

Rather than leading to the annihilation of place-based advantages, globalization is actually held to be associated with the emergence of new forms of agglomeration based around knowledge creation (Storper, 1997). In a world where increasing efforts are made to codify knowledge and render it ubiquitous or cosmopolitan (Maskell et al., 1998; Storper, 1997), those places that become the repositories for tacit, specialized local knowledges can derive considerable advantages (MACKINON; CUMBERS; CHAPMAN, 2002, p. 5).

Portanto, as regiões mais do que simplesmente um conjunto, formado por áreas urbanas e rurais e articulado por fluxos de transporte e comunicação

e pelas infraestruturas que permitem os diversos tipos de deslocamento, seria constituída também conhecimento e pelo conjunto de relações que associam o conhecimento ao processo produtivo. Nesse sentido para a configuração da região são importantes não apenas as relações comerciais, que desembocam em fluxos imateriais e materiais mediados pelo mercado, mas também o conjunto de relações não mercantis que permitem a difusão de conhecimentos tácitos e constroem relações de proximidade e confiança entre os agentes sociais. Esse conhecimento especializado e local seria o grande trunfo que a região tem a oferecer as empresas multinacionais e investidores e estrangeiros e explicaria o interesse renovado no capital nas regiões e que o discurso sobre homogeneização e redução do espaço é incorreto, pois o que ocorre é justamente o contrário a diferenciação espacial se torna mais importante do que nunca com a globalização.

Apesar de as críticas que possam ser feitas a essa vertente de análise, principalmente a sua tendência ao fetichismo espacial, tendendo a ver as regiões como um agente coeso capaz de tomar decisões. Cumbers; Mackinon; McMaster (2003) colocam um elemento a mais para pensarmos a integração regional, ou seja, que em muitos casos o que define a integração regional não é apenas a existência de uma divisão territorial do trabalho forjada entre diferentes áreas urbanas e rurais e viabilizada pela existência de infraestruturas de transporte e comunicação e de fluxos que articulam essas áreas, mas também pelo conjunto de conhecimentos e saberes especializados, materializadas, por exemplo, nas instituições de ensino e na força de trabalho, que existem na região e a tornam única do ponto de vista das possibilidades de reprodução do capital.

RELAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE INTEGRAÇÃO

O que existe de diferente entre essas formas de integração urbana? Como é possível diferenciá-las? Uma primeira diferença a ser ressaltada é que a integração regional se dá entre áreas urbanas e rurais, enquanto a integração funcional e a cotidiana se dá principalmente entre áreas urbanas. Uma segunda diferença é que a integração funcional se dá a partir de uma rede de centros urbanos, muitas vezes integrando mais fortemente cidades distantes do que próximas enquanto tanto a integração regional quanto a integração cotidiana levam a conformação de áreas contínuas por mais que seus limites e configuração sejam mutáveis.

A integração regional constitui vínculos entre diferentes áreas urbanas e rurais, vínculos esses tecidos pelo conjunto de fluxos entre as áreas que compõem a região bem como pela divisão territorial do trabalho que nela se configura. Assim as características de uma região estão diretamente ligadas ao conjunto de atividades econômicas entre as áreas que são a base da integração regional. Portanto, uma região que tem seu processo de integração relacionado ao desenvolvimento do turismo em um conjunto de municípios costeiros terá obviamente uma natureza diferente da integração se comparada aos vínculos forjados entre áreas de produção do agronegócio e as cidades que dão sustentação ao funcionamento das atividades agrícolas. Porém uma região sempre é conformada pelos vínculos interurbanos bem como pela relação cidade-campo. Mesmo uma região conformada pela relação entre diversos centros industriais, não tem como funcionar de fato sem a relação com

áreas rurais que tanto fornecem alimentos para as cidades quanto matérias-primas para as indústrias.

Por outro lado a integração cotidiana e funcional se dá principalmente entre centros urbanos. Ambas também podem envolver deslocamento de população rural para trabalho, estudo ou lazer num caso, ou para adquirir um bem ou serviço em um centro de nível hierárquico mais elevado no outro, mas em ambos os casos os fluxos de pessoas envolvem principalmente centros urbanos. Numa aglomeração urbana as pessoas se deslocam de uma cidade para outra principalmente devido à concentração desigual de empregos e oportunidades de estudo em algumas cidades da aglomeração enquanto na rede urbana os deslocamentos são motivados pela necessidade de consumo de bens e serviços que são encontrados apenas nas cidades de nível hierárquico mais elevado.

Outra diferença é que a integração funcional se dá pela formação de uma rede de centros urbanos, o que significa que a contiguidade não é tão importante para configuração de uma rede urbana quanto é para a configuração de uma aglomeração urbana ou de uma região. O fundamental nesse caso é a concentração desigual da oferta de bens e serviços entre as cidades de acordo com o seu porte, com concentração de certos bens e serviços de maior alcance espacial nas cidades maiores e de maior nível hierárquico. O fundamental para o nível de relações entre duas cidades integrantes de uma mesma rede urbana é a densidade populacional e econômica de cada cidade que condicionará o papel dela dentro da rede. Assim cidades fisicamente mais distantes podem ter relações mais importantes entre si do que com cidades relativamente próximas.

A integração cotidiana, funcional e regional representa formas distintas de se estabelecer vínculos entre diferentes espaços urbanos e rurais. No primeiro caso esses vínculos se estabelecem principalmente pela relação desigual entre a distribuição das ofertas de trabalho e estudo e o preço das moradias, sendo que geralmente as cidades que concentram oportunidades de emprego e estudo, devido justamente a disputa por espaço no mercado imobiliário por essas atividades econômicas, possuem um preço de moradia mais elevado. A integração funcional está diretamente ligada a distribuição desigual da oferta de bens e serviços dentro dos centros urbanos, o que por outro lado está relacionado ao porte, populacional e econômico, dessas cidades, e as necessidades de deslocamento que essa distribuição acarreta. Por outro lado a integração regional está relacionada aos vínculos estabelecidos entre diferentes áreas urbanas e rurais e que permitem o funcionamento de um conjunto de atividades econômicas que caracterizam a região.

Todas essas formas de integração são tradicionalmente pesquisadas dentro da geografia. A integração cotidiana, principalmente na conformação de regiões ou áreas metropolitanas, embora esse tipo de integração não ocorra apenas nesse tipo de aglomeração urbana. A integração funcional é outra temática tradicional da geografia, tendo como partida a teoria dos lugares centrais elaborada por Christaller (1966) e desde então desenvolvida em múltiplas direções, mesmo dentro da perspectiva da geografia crítica, como ocorre em Santos (2004) que aponta para existência de dois circuitos na rede urbana dos países subdesenvolvidos. A integração regional é outro tema

clássico da geografia desde sua abordagem pioneira na escolha lablacheana até seus desdobramentos recentes relacionados, por exemplo, a literatura sobre *learning region*.

Contudo o processo de globalização altera profundamente essas diferentes modalidades de integração urbana, e em alguns casos tende a fundi-las. Isso ocorreria, por exemplo, na perspectiva da urbanização regional (SOJA, 2013) na qual teríamos áreas de dimensão regional, mas que funcionariam como uma única aglomeração urbana. A urbanização regional representa de certa forma, uma possível fusão entre a integração cotidiana e regional, conformando uma ampla área urbana unificada, de dimensão regional, mas com uma dinâmica urbana integrada. Assim seria uma região e ao mesmo tempo uma aglomeração urbana, à medida que os diferentes espaços que a compõem são costurados tanto por fluxos cotidianos de deslocamento de pessoas bem como por fluxos de mercadorias e informações que constituem o espaço regional.

Moura (2009) denominou essa forma urbana de arranjos urbanos-regionais. Acreditamos ser uma conceituação precisa justamente por se tratarem de arranjos em que se encontram fundidas as características tipicamente urbanas e regionais. Essas áreas, portanto, representam ao mesmo um arranjo integrado dentro do qual se dão a maior parte dos fluxos de pessoas que constitui uma vida de relações integradas entre os diferentes espaços urbanos bem como também a maior parte dos fluxos tipicamente regionais, como aqueles associados a produção e distribuição de mercadorias. Assim a compreensão das diferentes formas em que se dá a integração entre áreas urbanas é fundamental para o reconhecimento de novas dinâmicas associadas à globalização da economia capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscamos discutir as distintas formas como podem se dar a integração entre áreas urbanas e mesmo entre áreas urbanas e rurais. Essas três formas de integração foram aqui denominadas de integração cotidiana, funcional e regional e o resultado espacial dessas formas de integração foi denominado respectivamente de aglomeração urbana, rede urbana e região. Buscamos explicitar a realidade dessas formas de interação espacial não a partir da constatação da sua existência, mas dos mecanismos de integração que são os mesmos que levam ao surgimento e a expansão dessas diferentes modalidades de integração urbana.

No caso das aglomerações urbanas a integração se dá por um lado pela associação entre a lógica da divisão territorial do trabalho e da valorização da terra, em que muitas vezes temos uma concentração de atividades econômicas e oportunidades de estudo em poucas cidades enquanto por outro lado o valor da terra é menor justamente nas cidades em que não se dá essa concentração. Assim temos uma contraposição entre uma maior oferta de emprego e oportunidades de estudo em cidades com alto valor da terra, enquanto por outro lado temos uma reduzida oferta de empregos e oportunidades de estudo

em cidades com baixo valor da terra. Esta dinâmica leva a necessidade dos deslocamentos cotidianos para estudo ou trabalho e levam a integração de diferentes locais na mesma dinâmica de uma aglomeração urbana.

Em relação à rede urbana a lógica da integração, que não depende da contiguidade, está na necessidade da organização da oferta de bens e serviços em uma economia de mercado de forma bastante desigual, em que alguns bens e serviços mais complexos e de uso menos frequente serão encontrados apenas nas cidades de maior nível hierárquico (CORREA, 1995). O que define o nível hierárquico de uma cidade é o seu porte populacional e o grau de concentração de atividades econômicas, o que por outro lado depende do processo histórico de ocupação da cidade.

Em relação à região o que define a integração são as relações de complementariedade que se estabelecem entre as cidades e áreas rurais em torno de um conjunto de atividades desenvolvidas nessa região. Assim uma região cujo eixo de integração está na relação entre as atividades do agronegócio dispersas pelo campo e as cidades que dão suporte a realização dessa atividade, terão um funcionamento diferente de uma região cujo processo de integração está relacionado ao turismo.

Dessa maneira podemos afirmar que a compreensão das diferentes formas de integração urbana e da lógica associada a cada uma das formas de integração é fundamental para a análise da realidade urbana. A contribuição do presente artigo está em explicitar teoricamente essas formas de integração, explorar suas diferenças e semelhanças, identificar as transformações contemporâneas associadas a globalização e analisar a lógica subjacente a cada uma das modalidades de integração.

REFERÊNCIAS

BENKO, Georges.; Lipietz, A. (org.) *As Regiões ganhadoras, distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oreas: Celta Editora, 1994.

CHRISTALLER, W. *Central places in southern germany*. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

CRANE, Randal. Is There a Quiet Revolution in Women's Travel? Revisiting the Gender Gap in Commuting. *Journal of the American Planning Association*, vol. 73. n. 3, 2007.

CUMBERS, Andrew; MACKINNON, Danny; MCMASTER, Robert. *Institutions, power and space assessing the limits to institutionalism in economic geography*. European Urban and Regional Studies, vol.10, n.4, pp. 325–342, 2003.

DI MÉO, Guy. *Introdução ao debate sobre a metropolização*. Revista Confins, n. 4, 2008.

FOLHA/UOL. *Carro vira moradia para trabalhadores do Vale do Silício*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1936485-carro-vira-moradia-paratrabalhadores-do-vale-do-silicio.shtml>. Acessado em 15/01/2021.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE. Regiões de influências de cidades (REGIC). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. JARDIM, Antônio Ponte. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. Trabalho apresentado na "Mesa Redonda: Movimentos pendulares: velhos e novos significados". V *Encontro Nacional sobre Migrações*, realizado entre 15 a 17 de outubro de 2007, Núcleo de Estudos Populacionais – NEPO/UNICAMP.

KLEIMAM, Mauro. Reordenação das formas e meios dos movimentos de deslocamentos na metrópole do Rio de Janeiro com a implantação de corredores expressos de ônibus (BRT) no caso do BRT Transcarioca e sua efetividade para a mobilidade urbana. *Revista Chão Urbano*, vol. 14, n. 3, maio/jun. 2014.

LACOSTE, Y. *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1994.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 120, p 133-148, jan/jun 2011.

MACKINNON, Danny; CUMBERS, Andrew.; CHAPMAN, Keith. Learning, innovation and regional development: a critical appraisal of recent debates. *Progress in Human Geography*, vol.26, n. 3, pp. 293–311, 2002.

MOURA, Rosa. *Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba*. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPR, 2009.

MOURA, Rosa.; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes.; FIRKOWSKI, Olga Lúcia de Castro Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São paulo em perspectiva*, vol. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

PAASI, Anssi. Place and region: looking through the prism of the scale. *Progress in Human Geography*, vol. 28, n 4, 2004.

RIBEIRO, Luis César Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.

SASSEN, Saskia. El reposicionamiento de las ciudades y regions en una economía global: ampliando las opciones de políticas y governanza. *Revista Eure*, vol. 33, n.100, 2007.

SCOTT, Allen; et all. Cidades-regiões globais. *Espaço e debates*, vol.23, n.41, p 11-25, 2001.

SILVA, Oséias Teixeira da. O processo de integração urbana: deslocamentos pendulares na conformação de uma aglomeração urbana não metropolitana. *Revista Espaço e Economia*, n. 16, p. 1-345, 2019.

SOJA, Edward Walker. Para Além da pós-metropolis. *Revista UFMG*, vol. 20, n.1, jan/jun, 2013.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. In: GREGORY, Dereck; SMITH, Graham. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

VILAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.